

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.550.102 - RJ (2019/0224761-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **ELIZABETH DA SILVA SIMOES**
ADVOGADO : **JOSÉ GUILHERME SOUTO PEREIRA - RJ111099**
AGRAVADO : **ITAU UNIBANCO S.A**
ADVOGADO : **DANIELLA CILIO MOUTINHO - RJ167183**
AGRAVADO : **BANCO BRADESCO BERJ S.A**
ADVOGADOS : **MARCELO OLIVEIRA ROCHA - RJ002683**
NEI CALDERON - RJ002693
MANON WEBER RODRIGUES - RJ117837
MARCOS CÉSAR DE SOUZA LIMA - RJ072118
DIOGO OLIVEIRA MUNIZ CALDAS - RJ136624

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTATO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS ARTIGOS DE LEI TIDOS POR VIOLADOS. SÚMULAS 282 E 356/STF. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DO ACERCA FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/2015) interposto por ELIZABETH DA SILVA SIMÕES contra a decisão de fls. 1.103-1.105 (e-STJ), proferida em juízo provisório de admissibilidade, a qual negou seguimento ao recurso especial.

O apelo extremo foi deduzido com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, em desafio a acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado (fl. 1.039, e-STJ):

Ação de Ordinária, com pedido de antecipação de tutela, objetivando a autora a condenação da ré a revisar os cálculos utilizados na correção monetária dos mútuos e prestações, efetuando o expurgo do índice aplicado no mês de abril de 1990. Sentença julgando improcedente o pedido e condenando autora ao pagamento das custas e honorários. Recurso de Apelação Cível. MANUTENÇÃO, pois a matéria é eminentemente técnica e foi bem decidida pelo Louvado do Juízo, que não constatou, ao final, saldo credor em favor da autora. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

Nas razões do recurso especial (fls. 764-785, e-STJ), a recorrente alegou

Superior Tribunal de Justiça

que o acórdão impugnado incorreu em violação dos seguintes normativos:

- a) arts. 1º, 5º, § 1º, e 8º da Lei 4.380/1964;
- b) art. 9º do Decreto-Lei 2.164/1984;
- c) art. 10 do Decreto-Lei 2.284/1986;
- d) art. 6º da Lei 8.024/1990; e
- e) art. 4º do Decreto-Lei 22.626/1933.

Sustentou, em suma: (i) negativa de prestação jurisdicional ante a ausência de fundamentação na decisão impugnada; (ii) impossibilidade de alteração do indexador monetário para correção do saldo devedor do financiamento imobiliário, constante do contrato celebrado entre as partes, que prevê a utilização da equivalência salarial pela TR, pois ela é utilizada para capitalização de depósitos a prazo fixo; e (iii) ser devida a revisão contratual pleiteada e o consequente expurgo da correção do saldo devedor do financiamento imobiliário efetuada com o indexador indevido.

Em juízo de admissibilidade, a Corte de origem negou o processamento do recurso especial com base nos seguintes fundamentos: a) ausência de violação ao art. 489 do CPC/2015, pois a decisão impugnada encontra-se fundamentada; b) aplicação das Súmulas 282 e 356/STF, por falta de prequestionamento dos artigos de lei tidos por vulnerados; e c) incidência da Súmula 7/STJ, para revisão das conclusões estaduais.

Irresignada (fls. 1.119-1.123, e-STJ), aduz a agravante que o reclamo merece trânsito, refutando os retrocitados óbices de admissibilidade.

Sem contraminuta.

Brevemente relatado, decido.

De início, verifica-se que o recurso foi interposto na vigência do novo Código de Processo Civil. Sendo assim, sua análise obedecerá ao regramento nele previsto. Portanto, aplica-se, na hipótese, o Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo Plenário desta Casa em 9/3/2016, segundo o qual "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Superior Tribunal de Justiça

No que diz respeito à alegada afronta aos arts. 1º, 5º, § 1º, e 8º da Lei 4.380/1964; 9º do Decreto-Lei 2.164/1984; 10 do Decreto-Lei 2.284/1986; art. 6º da Lei 8.024/1990; e art. 4º do Decreto-Lei 22.626/1933, constata-se que o conteúdo dos citados normativos não foi objeto de exame pela instância ordinária, nem foram opostos embargos de declaração a fim de suscitar a discussão dos temas neles contidos, razão pela qual incidem, na espécie, as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal, nestes termos:

Súmula 282. É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

Súmula 356 - O ponto omissivo da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito de prequestionamento.

Com efeito, o prequestionamento ocorre quando a causa tiver sido decidida à luz da legislação federal indicada, com emissão de juízo de valor acerca dos respectivos dispositivos legais, interpretando-se sua aplicação ou não ao caso concreto, o que não se deu na presente hipótese.

Na hipótese ora em análise, o Tribunal de origem, ao dirimir a controvérsia, manteve a sentença de improcedência do pedido autoral, pelos seguintes fundamentos (fls. 1.041-1.042, e-STJ, sem grifos no original):

No mais, verifica-se que autora após firmar contrato de confissão de dívida com a Fercon - Engenharia, Comércio e Indústria Ltda., com financiamento do Banerj, **pretende, através desta demanda fazer o expurgo de prestações tidas como cobradas a maior, no que se refere aos planos econômicos que menciona.**

A matéria é eminentemente técnica e foi bem decidida pelo Louvado do Juízo que, perfeitamente equidistante dos interesses das partes, **não constatou, ao final, saldo credor em favor da autora.**

(...)

Após a feitura do laudo, a apelante não trouxe nenhuma impugnação, apenas fazendo juntada de substabelecimento e pedindo que o banco trouxesse documento, culminando com o mero requerimento para julgamento antecipado da lide (doc. 000233).

Não se preocupou em trazer elementos técnicos capazes de ilidir o laudo pericial ou, pelo menos, trabalho de assistente técnico.

Cabe acrescentar que **o Magistrado a quo, às fls.308-v., chegou a determinar perícia por outro Louvado, mas essa diligência não chegou a ser realizada, pois a autora não pagou os honorários do expert, ocorrendo a perda da prova (Doc. 514, fls. 444).**

Nessas condições, deve prevalecer de maneira consagrada no

Superior Tribunal de Justiça

primeiro e único laudo do *expert* oficial. Destaca-se que o Banco concordou com o trabalho oficial (doc. 000211).

Dessa forma, a revisão das conclusões estaduais demandaria, necessariamente, o reexame de fatos e provas, providência vedada no âmbito do recurso especial, ante a aplicação da Súmula 7/STJ.

Diante do exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

